

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em seu caderno de provas, haja itens que demandem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB2A2AAA

1 É inegável que o Estado representa um ônus para a
 sociedade, já que, para assegurar o seu funcionamento,
 consome riquezas da sociedade. Representa, porém, um mal
 4 necessário, pois até agora não se conseguiu arquitetar
 mecanismo distinto para catalisar a vida em comunidade.
 Então, se do Estado ainda não pode prescindir a civilização,
 7 cabe-lhe aprimorá-lo, buscando otimizar o seu funcionamento,
 de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz.

10 O bom funcionamento do Estado, que inclui também
 o controle público (Ministério Público, Poder Legislativo e
 tribunais de contas, entre outros), vem sendo alçado à condição
 13 de direito fundamental dos indivíduos. Pressupõe,
 notadamente sob as luzes do princípio constitucional da
 eficiência, os deveres de cuidado e de cooperação.

16 O dever de cuidado é consequência direta do
 postulado da indisponibilidade do interesse público. Em
 decorrência desse postulado, todo agente público tem o dever
 19 de, no cumprimento fiel de suas atribuições, perseguir o
 interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis.
 Conduz, portanto, à ideia de vedação da omissão, já que deixar
 22 de cumprir tais atribuições evidenciaria conduta ilícita.

O dever de cuidado conduz, ainda, a uma ampla
 interação entre as estruturas públicas de controle, ou seja, é um
 25 dever de cooperação, não como faculdade, mas como
 obrigação que, em regra, dispensa formas especiais, como
 previsões normativas específicas, convênios e acordos.

28 Sob essa perspectiva, o controle público do Estado
 deve incorporar à sua cultura institucional o compromisso com
 o direito fundamental ao bom funcionamento do Estado. Nesse
 31 contexto, os deveres de cuidado e de cooperação se impõem a
 todas as estruturas do Estado destinadas a promover o controle
 da máquina estatal.

34 A observância do dever de cuidado e do de
 cooperação — traduzida, portanto, na atuação comprometida
 e concertada das estruturas orientadas para a função de controle
 37 da gestão pública — deve promover, entre os agentes e órgãos
 de controle, comportamentos de responsabilidade e
 responsividade. Por responsabilidade entenda-se o genuíno
 40 compromisso com a integralidade do ordenamento jurídico, o
 que pressupõe, acima de tudo, o reconhecimento de um regime
 de vedação da omissão. Responsividade, por sua vez, traduz o
 43 comportamento orientado a oferecer respostas rápidas e
 proativas, impregnadas de verdadeiro compromisso com a
 ideia-chave de promover o bom funcionamento do Estado.

A respeito das ideias veiculadas no texto **CB2A2AAA**, julgue os itens que se seguem.

- 1 O sentido original do texto seria preservado caso o período “Então, se do Estado (...) eficiente e eficaz” (l. 6 a 8) fosse reescrito da seguinte forma: Na busca por otimizar o seu funcionamento, o Estado ainda não pode prescindir da civilização; então, resta aperfeiçoá-lo, tornando-o menos caro e aumentando sua eficiência e eficácia.
- 2 De acordo com o autor do texto, a ampla interação entre as estruturas públicas de controle é obtida quando se dispensa atenção especial a determinadas formas de cooperação entre órgãos, como previsões normativas específicas, convênios e acordos.
- 3 O termo “responsividade” foi empregado nas linhas 39 e 42 com o sentido de qualidade de quem responde pelos próprios atos, ou pelos de outrem, em situação jurídica passível de punição.
- 4 A tese defendida pelo autor do texto resume-se à ideia expressa na seguinte assertiva: o Estado é um peso para toda a sociedade, mas, como não se pode prescindir dele, devem-se arquitetar mecanismos para que os impostos pagos pela sociedade sejam distribuídos em favor dos mais pobres.
- 5 Infere-se do texto que os tribunais de contas agem sob a égide do dever de cuidado não apenas ao zelarem pelo interesse público expresso nos dispositivos legais, mas também ao se obrigarem a atuar em cooperação com as demais estruturas públicas de controle.
- 6 Depreende-se do texto que o não cumprimento do dever de cuidado por omissão poderá resultar na aplicação de sanções ao servidor público.

Com relação às estruturas linguísticas do texto **CB2A2AAA**, julgue os itens a seguir.

- 7 A coerência do texto seria preservada caso os vocábulos “comprometida” (l.35) e “concertada” (l.36) fossem substituídos, respectivamente, por **responsável** e **reparada**.
- 8 No terceiro período do texto, as formas pronominais “lo”, em suas duas ocorrências — “aprimorá-lo” e “torná-lo” —, e “seu” referem-se a “Estado”.
- 9 No trecho “de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz” (l.8), detalha-se e explicita-se o que se deve entender por “buscando otimizar o seu funcionamento” (l.7).
- 10 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o trecho “O dever de cuidado (...) e nas leis” (l. 16 a 20) poderia ser reescrito da seguinte forma: O dever de cuidado é consequência direta do postulado da indisponibilidade do interesse público; em decorrência do qual todo agente público deve ter o dever, de cumprindo fielmente, as suas atribuições, perseguir o interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis.

Texto CB2A2BBB

1 O fenômeno da corrupção, em virtude de sua
complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige,
além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva
4 do Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no
serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato,
em prol do interesse público.

7 Entende-se que a integridade pública representa o
estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está
“completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação
10 que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e
valores públicos.

De acordo com a Organização para Cooperação e
13 Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do
que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos
que, em última análise, influenciam os resultados da
16 administração, e não apenas seus processos. Além disso,
a OCDE compreende um sistema de integridade como um
conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de
19 controle e de regulamentações que visem à promoção da
integridade e da transparência e à redução do risco de atitudes
que violem os princípios éticos.

22 Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às
atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade
e também para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de
25 determinada organização.

Internet: <www.cgu.gov.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos linguísticos e às
ideias do texto **CB2A2BBB**.

11 A coerência e a coesão do texto seriam mantidas caso o
seguinte trecho fosse incluso como continuação do segundo
parágrafo: Assim sendo, a integridade pública pode ser
compreendida como uma virtude ou qualidade dos agentes que
atuam, em uma determinada organização, de maneira proba,
em favor do interesse público e em conformidade com os
princípios, normas ou valores que norteiam a administração
pública.

12 Nesse texto, de natureza informativo-argumentativa, busca-se
convencer o leitor de que a integridade, como qualidade de
órgãos e entidades públicas, contribui para que os agentes do
serviço público atuem prevenindo a corrupção e em prol do
interesse público.

Ainda com relação a aspectos linguísticos do texto **CB2A2BBB**,
julgue os itens subsequentes.

13 A coesão e a correção gramatical do trecho “e à redução do
risco de atitudes que violem os princípios éticos” (l. 20 e 21)
seriam mantidas caso a forma verbal “violem” fosse flexionada
no singular, passando, então, a concordância a restringir-se ao
termo “risco”.

14 O trecho “e também” (l.24) poderia ser corretamente isolado
por vírgulas, recurso que lhe conferiria ênfase.

15 O sujeito da oração iniciada por “Entende-se” (l.7)
é indeterminado.

[...]

9. Por fim, apesar de a Coordenadoria de Controle de Recursos
Antecipados ter expedido o documento, os técnicos responsáveis
farão a fiscalização *in loco*.

10. Vossa Excelência será informada acerca do andamento do
processo.

Atenciosamente,

[assinatura]

[identificação do signatário]

Considerando o fragmento de texto apresentado, que contém os
parágrafos finais e o fecho de um expediente em padrão ofício,
julgue os seguintes itens, de acordo com o **Manual de Redação da
Presidência da República** (MRPR).

16 Dado o emprego do fecho Atenciosamente, infere-se que o
destinatário da comunicação em análise ocupa cargo de nível
hierárquico igual ou inferior ao do signatário.

17 No último parágrafo da comunicação apresentada, o termo
informada foi empregado no feminino para concordar com o
pronomes de tratamento Vossa Excelência.

Ofício n.º 0064/2016 - TCE/SC

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde – R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 – Centro
88020-900 – Florianópolis – SC

Assunto: Encaminhamento de documento – Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminhado, anexa, cópia
do Parecer n.º 01/2016 da DCE – TCE/SC acerca das inspeções
realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada,
julgue os itens a seguir à luz das normas do MRPR.

18 No documento apresentado, foram atendidas as normas do
padrão ofício estabelecidas pelo MRPR relativas à posição da
data e do local.

19 Na identificação do signatário da referida comunicação, devem
constar, abaixo do local da assinatura, o nome e o cargo da
autoridade que expede a mensagem.

20 O expediente em análise não está adequado quanto à finalidade
e à estrutura do padrão do ofício, visto que não contém
parágrafos de desenvolvimento devidamente numerados nem
comentários do signatário da comunicação a respeito do
documento encaminhado.

Com relação aos conceitos e aplicações dos controles em geral no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas CF, CE/SC, TCU e TCE/SC, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- 21 Para fins de controle do cumprimento da meta de superávit primário, deve-se verificar, ao final de cada bimestre, se a receita arrecadada é compatível com as estimativas e com a programação do exercício, sob pena de contingenciamento de dotações orçamentárias.
- 22 A CE/SC, reproduzindo o conteúdo da CF, conferiu à fiscalização contábil, orçamentária e financeira caráter abrangente, transcendendo os aspectos de legalidade, sem se restringir à realização da despesa, e tratando do bom uso dos recursos.
- 23 Ao TCE/SC, como órgão auxiliar de controle da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, incumbe apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador, as quais incluem as dos demais poderes, além das do Ministério Público e da Defensoria Pública, mas não as contas do próprio TCE/SC, que devem ser encaminhadas diretamente à Assembleia Legislativa.
- 24 O controle externo foi consideravelmente ampliado pela CF, compreendendo a função, entre outras, de consulta, como, por exemplo, na manifestação do TCU sobre as contas prestadas pelo presidente da República, realizada antes do julgamento dessas contas pelo Congresso Nacional.
- 25 O controle administrativo se materializa no poder de fiscalização e correção que a administração pública exerce sobre a sua própria atuação. Essa modalidade de controle coexiste com o controle externo, da esfera do Poder Legislativo, e o judicial. No caso da administração indireta, é usual mencionar-se o termo tutela, uma vez que não há relação de subordinação, mas, sim, de vinculação.

Com base nas Leis Orgânicas do TCU e do TCE/SC e na legislação aplicável aos tribunais de contas, julgue os itens seguintes.

- 26 Cabe ao TCE/SC o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, assim consideradas aquelas em que o poder público detém a maioria das ações ou quotas de capital.
- 27 Em caso de consulta formulada ao TCU, por autoridade competente, acerca da interpretação de disposições regulamentares em matéria de sua competência, a resposta constituirá prejulgamento, aplicando-se à situação concreta objeto da consulta que eventualmente venha a fazer parte das contas da referida autoridade, quando do respectivo julgamento.

Com relação aos conceitos gerais de auditoria e aos papéis utilizados na sua execução, julgue os itens seguintes.

- 28 Embora as técnicas de trabalho das auditorias interna e externa não apresentem diferenças fundamentais, a auditoria interna goza de maior credibilidade perante os usuários do campo externo da empresa, por conhecer melhor a situação desta e por dispor de informações mais detalhadas. Em compensação, a auditoria externa está mais habilitada a perceber as ineficiências de ordem administrativa e operacional.
- 29 Como regra geral, os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor. A seu critério, partes ou excertos desses papéis podem ser postos à disposição do auditado, que deve autorizar formalmente, salvo em situações legais específicas, a sua entrega a terceiros.
- 30 Os lançamentos propostos pelo auditor devem constar de seus papéis de trabalho, de modo que, por exemplo, se o auditado efetuar pagamentos antecipados a fornecedores, debitando fornecedores, o auditor deverá propor um lançamento de ajuste, a débito de fornecedores e a crédito de adiantamentos a fornecedores, para efeito de apresentação apropriada das demonstrações contábeis.
- 31 A abrangência da auditoria de gestão pública transcende o conceito tradicional, pois, entre outros aspectos, não se restringe à mera verificação *a posteriori*, nem às questões de caráter estritamente legal; está voltada para a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da aplicação dos recursos públicos.

Com base nas normas de auditoria do TCE/SC e no **Manual de Procedimentos de Auditoria de Regularidade**, julgue os itens a seguir.

- 32 Na elaboração dos relatórios de auditoria, deve-se incluir parágrafo de ênfase somente nos casos de pareceres. Os relatórios com ressalvas devem ser evitados, pois o juízo sobre os efeitos e a gravidade do fato motivador da ressalva cabe ao relator.
- 33 A principal finalidade do manual de auditoria de regularidade em um tribunal de contas é dar ciência aos órgãos e entidades sujeitos à fiscalização desse tribunal acerca do conteúdo e da forma dos exames destinados à emissão dos relatórios e pareceres sobre as contas dessas entidades e órgãos.
- 34 Se, durante a realização dos trabalhos de auditoria, forem encontrados indícios de achados de que possam resultar irregularidades, o auditor não deverá revelá-los nem solicitar informações, principalmente se a desconformidade for contínua, para evitar que eventuais erros sejam corrigidos e provas, eliminadas. A comunicação só deverá ser feita ao final dos trabalhos.

A partir do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes.

- 35 Decretada a intervenção estadual em município localizado em seu território, em virtude de não pagamento imotivado da dívida fundada, da não prestação de contas devida ou da não aplicação do mínimo exigido na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde, ficará o tribunal de contas respectivo impossibilitado de apreciar essas questões nos processos de sua competência enquanto perdurar a execução da medida, salvo se o decreto de intervenção estabelecer o contrário.
- 36 Na CF, o conceito de administração pública coincide com o de Poder Executivo e, conseqüentemente, com o de administração direta, razão por que é impróprio utilizar o termo administração pública em referência aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- 37 Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria Pública incumbe-se da orientação jurídica e da defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, em todas as esferas judiciais, cabendo-lhe atuar extrajudicialmente, em processos administrativos, apenas de maneira subsidiária, quando não existir, na respectiva localidade, serviço jurídico público ou privado de atendimento gratuito à população.
- 38 Lei ordinária não pode tratar de matéria reservada ao chamado decreto autônomo, de competência do chefe do Poder Executivo, sob pena de ser considerada inválida.
- 39 A imunidade a que tem direito o parlamentar não lhe possibilita sustar processo de fiscalização eventualmente instaurado contra ele em tribunal de contas.
- 40 Mesmo quando envolverem recursos de origem pública, as operações financeiras realizadas por bancos públicos mediante a concessão de empréstimo a particulares encontram-se protegidas pela cláusula do sigilo bancário, e sua fiscalização pelo tribunal de contas competente dependerá de prévia autorização judicial que inclua o acesso aos respectivos registros.
- 41 A CF classifica-se como Constituição semirrígida, uma vez que, para efeitos de reforma, as normas materialmente constitucionais são consideradas rígidas e as normas apenas formalmente constitucionais são consideradas flexíveis.
- 42 Conforme a CF, embora os tribunais de contas não tenham caráter judicial, devem ser observados em seus processos tanto o contraditório quanto a ampla defesa.

O Tribunal de Contas de determinado estado da Federação, ao analisar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado, verificou que empresa de publicidade foi contratada, mediante inexigibilidade de licitação, para divulgar ações do governo. Na campanha publicitária promovida pela empresa contratada, constavam nomes, símbolos e imagens que promoviam a figura do governador, que, em razão destes fatos, foi intimado por Whatsapp para apresentar defesa. Na data de visualização da intimação, a referida autoridade encaminhou resposta, via Whatsapp, declarando-se ciente. Ao final do procedimento, o Tribunal de Contas não acolheu a defesa do governador e julgou irregular a prestação de contas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 43 É nula a intimação do governador, por ser obrigatório que seja feita por ciência no processo, via telegrama ou por via postal com aviso de recebimento.
- 44 O governador não praticou ato ilícito ao contratar diretamente a referida empresa, pois a prestação de serviços publicitários é hipótese de inexigibilidade de licitação, estando incorreto o julgamento do tribunal.
- 45 Dado o teor da campanha publicitária, é correto inferir que, na situação, se configurou ofensa aos princípios da impessoalidade e da moralidade.
- 46 O julgamento proferido pelo Tribunal de Contas é nulo, por incompetência.

Com base na doutrina e nas normas de direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 47 **Situação hipotética:** Diante da ausência de Maria, servidora pública ocupante de cargo de nível superior, João, servidor público ocupante de cargo de nível médio, recém-formado em Economia, elaborou determinado expediente de competência exclusiva do cargo de nível superior ocupado por Maria. **Assertiva:** Nessa situação, o servidor agiu com abuso de poder na modalidade excesso de poder.
- 48 A concessionária de serviço público responde objetivamente pelos prejuízos causados aos usuários ou terceiros e subjetivamente pelos prejuízos causados ao poder concedente.
- 49 O servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão adquire a estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- 50 **Situação hipotética:** Dez anos após a data em que deveria ter ocorrido o primeiro pagamento de vantagem pecuniária a que José fazia jus, ele apresentou requerimento administrativo ao chefe do setor de recursos humanos solicitando o pagamento de tal vantagem. O pedido foi indeferido sob o fundamento de ocorrência da prescrição. José, então, apresentou recurso. **Assertiva:** Nesse caso, o chefe do setor de recursos humanos tem o prazo de cinco dias para reconsiderar a decisão; caso não o faça, deverá encaminhar o recurso ao seu superior hierárquico.